

Matérias do Setor

BNDES cria programa de R\$ 700 milhões para a indústria do plástico

O BNDES acaba de criar um programa de apoio à indústria do plástico. O banco fará o anúncio oficial na sexta-feira.

Trata-se do programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico - BNDES Proplástico, que visa à modernização do parque industrial do setor, com o aumento da produção de plásticos e seus produtos, de equipamentos e de moldes para o segmento, além da melhoria dos padrões de qualidade e de produtividade das indústrias instaladas no país. Com dotação orçamentária de R\$ 700 milhões e prazo de vigência até 31 de setembro de 2012, o novo programa contempla ações ligadas à produção, inovação, reciclagem, consolidação e internacionalização de empresas do setor.

O programa abrangerá todos os portes de empresas do setor. O valor mínimo das operações a serem apoiadas no âmbito desse programa é de R\$ 3 milhões.

O BNDES Proplástico conta com cinco subprogramas:

Proplástico Produção e Modernização - investimentos para implantação, expansão e modernização da capacidade produtiva de transformados de plásticos e de reciclagem, bem como aquisição de equipamentos novos com objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade do segmento, inclusive para reciclagem de material plástico.

Proplástico Renovação de Bens de Capital - apoio à troca de equipamentos antigos por novos, com a inutilização ("sucateamento destrutivo") dos primeiros, de forma a não possibilitar a sobrevida de equipamentos ineficientes, com baixa produtividade, reduzida segurança do trabalhador e alto consumo energético.

Proplástico Fortalecimento das Empresas Nacionais - apoio à incorporação, aquisição ou fusão de empresas que levem à criação de empresas de controle nacional de maior porte, maior integração vertical ou internacionalização, condicionando qualquer redução no número total de empregos a acordo com as entidades sindicais representativas dos trabalhadores das empresas envolvidas.

Proplástico Inovação - investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação para desenvolvimento de novos usos e aplicações, inclusive ligados a reciclagem (química ou mecânica) de material plástico, além de "design".

Proplástico Socioambiental - investimentos envolvendo racionalização do uso de recursos naturais, mecanismo de desenvolvimento limpo, investimentos destinados à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais realizados por empresas ou em parceria com instituições públicas ou associações de fins não econômicos.

Fonte: Guilherme Barros BNDES, Proplástico

Basf quer dobrar fatia em área química

A Basf decidiu elevar suas apostas no Brasil, considerado entre os mercados emergentes um dos com maior potencial de crescimento. Os investimentos da companhia no País deverão ficar em 250 milhões de euros, entre 2010 e 2014, disse Alfred Hackenberger, presidente do grupo para Brasil e América do Sul. "Temos planos para construir uma nova fábrica de tintas em Guaratinguetá (SP)." O mercado de tintas é um dos mais importantes para o grupo alemão no Brasil. Dona da marca Suvinil, líder de mercado, a Basf também investirá para aumentar a

capacidade de produção de sua fábrica em São Bernardo do Campo (SP) em 30%, alcançando a capacidade definitiva nessa unidade. A estabilidade econômica, com maior poder de renda da população, tem elevado o consumo de tintas no país. Em avaliação pela matriz, a futura fábrica, a ser instalada no complexo industrial da empresa no interior paulista, tem aporte estimado em US\$ 30 milhões. "Nos últimos anos, os investimentos da empresa no Brasil foram da ordem de 200 milhões de euros (por quadriênio)." Os segmentos de tintas e defensivos agrícolas respondem por mais da metade da receita da companhia no país. Agora, a empresa quer dobrar a participação na área química no mercado brasileiro, que responde por 5% da receita. No mundo, essa área representa 15% do total. Essa divisão tem como portfólio químicos básicos, adesivos, solventes, plastificantes e poliuretanos. Com receita global de 50,7 bilhões de euros em 2009, a América do Sul registrou receita de 3 bilhões de euros, dos quais 1,93 bilhão de euros no Brasil.

Fonte: Valor Econômico.

Dow e Basf desenvolvem novas aplicações para o poliuretano que sai do carro para a construção

O mercado de poliuretano (PU) está ganhando mais espaço, expandindo-se de suas tradicionais aplicações, como estofados de carros e espuma para colchões, para se tornar revestimentos acústicos na construção civil, e também isolante térmico para refrigeradores. Empresas como a Dow Chemical e a Basf, que estão entre as maiores deste setor, no mercado internacional, trabalham para desenvolver novas utilizações para esses polímeros. De acordo com Fernando Rodriguez, diretor comercial da Dow e também presidente da comissão de PU da Abiquim, "o produto tem um grande potencial de crescimento, com suas novas aplicações." Segundo ele, a Dow está pesquisando novas aplicações para o produto, que pode elevar sua demanda.

Fonte: Valor Econômico.

Xampu da Barbie em embalagem de plástico em formato de bolsa

A empresa Biotopic acaba de lançar o xampu da Barbie com embalagem de plástico em formato de bolsa. Depois que a marca Hot Weels ganhou o formato de carrinho, a empresa resolveu desenvolver os produtos com a idéia de que o momento do banho por ser uma diversão.

Fonte: Valor Econômico.

Amanco investe R\$ 200 milhões em 2010

A Amanco, um dos líderes mundiais e líder absoluto na América Latina em tubos e conexões, vai investir em 2010 R\$ 200 milhões, valor que abrange aumento de 20% na capacidade de produção das fábricas, desenvolvimento de novos produtos, comunicação da marca na mídia e nos pontos de venda do varejo da construção e capacitação profissional. O expressivo volume de investimento vem na esteira dos bons resultados do ano passado, quando a Amanco transformou oportunidade em crise, ao dar seguimento à sua estratégia baseada na sustentabilidade e no triplo resultado (econômico, social e ambiental). Mesmo com demanda retraída no mercado nacional, principalmente pela queda de 6% do PIB da construção, a Amanco apresentou em 2009 um crescimento de 4% nas vendas líquidas e 59% no Ebitda (resultado operacional antes da depreciação, despesas financeiras e impostos) em relação a 2008. As vendas líquidas totalizaram R\$ 658 milhões, montante que representa 30% do negócio da Amanco na América Latina. A Amanco espera crescer em 2010 acima de 7,5% (em vendas), com expansão de 18% no Ebitda e de 19% no volume. "A conquista da liderança no mercado brasileiro será uma consequência de nossa estratégia, a qual buscamos executar de forma impecável. Para isso, continuaremos a fortalecer a marca Amanco junto ao público consumidor, oferecer soluções inovadoras de produto, melhorar ainda mais os indicadores de ecoeficiência na produção e formar instaladores hidráulicos em todo o Brasil, entre outras ações", afirma Marise Barroso, presidente da empresa.

Fonte: assessoria de imprensa.

Gáucha NTC Moldes Plásticos comemora faturamento de filial

Com sede em Caxias do Sul, a NTC Moldes e Plásticos esta ampliando, de forma significativa, seu ritmo de produção. A alta performance da filial da empresa, estrategicamente localizada em Aparecida do Taboado (MS), aumentou 30% na produção e no faturamento, no 1º trimestre. A redução de IPI proporcionou incremento da montagem de veículos e, assim, elevou o

número de pedidos à NTC, de empresas à procura de peças, para produzir acessórios. A projeção é de que em 2010, sejam fabricados 3,39 milhões de veículos no país, 6,5% a mais, do que em 2009. Diante do quadro, a perspectiva da indústria gaúcha é de uma situação ainda mais favorável, nos próximos meses.

Fonte: Zero Hora (RS).

Indústria petroquímica faz Pernambuco bater a Bahia em crescimento

A primeira década do século 21 deu cara nova a uma das maiores disputas regionais do País. Entre 2000 e 2009 - exceto os anos de 2004 e 2005 - o PIB de Pernambuco cresceu mais que o da Bahia. Impulsionada pela chegada de novos investimentos industriais e de empreendimentos considerados estruturadores - refinaria, petroquímica e estaleiro -, a economia pernambucana está em um ritmo de desenvolvimento bem mais acelerado, especialmente nos últimos quatro anos. Os baianos continuam maiores e mais diversificados economicamente. Só que de acordo com a análise de economistas, a tendência é que nos próximos 10 anos, Pernambuco mantenha vantagem na briga de qual o Estado que cresce mais. A hegemonia econômica baiana no Nordeste dura cerca de 30 anos. Até a década de 80, Pernambuco era o principal expoente econômico da região. Foi quando a Bahia iniciou um processo de industrialização que atingiu seu ápice com a formação do cinturão industrial na cidade de Camaçari e em seu entorno, transformando-se no segundo polo petroquímico do Brasil e responsável por 30% do PIB baiano, e pela exportação de US\$ 2,3 bilhões, e faturamento de US\$ 15 bilhões por ano. O fenômeno é parecido com o que acontece atualmente no Complexo Industrial de Suape, que também terá sua cadeia petroquímica, mas que foi escolhido para ser o mais novo polo naval do País. Ainda assim, a economia baiana dispõe de um trunfo que ainda não é realidade para Pernambuco. "A Bahia é muito diversificada. Está inserida na cadeia produtiva de petróleo e gás, produz algodão, soja, cacau, cana-de-açúcar, celulose e tem destaque no mapa da indústria automotiva nacional", lista o sócio-diretor da consultoria econômica Ceplan, Jorge Jatobá. Só que os baianos são muito dependentes do mercado externo. Isso foi negativo no ano passado, quando a crise ainda provocava estragos. Enquanto Pernambuco manteve crescimento acima de 3%, a Bahia não chegou a 2%.

Fonte: Jornal do Commercio Online..

Coleta seletiva ineficiente joga pelo lixo até R\$ 749 milhões por ano

A ineficiência da política de coleta seletiva feita pela Prefeitura em São Paulo e o transbordo de materiais recicláveis para aterros sanitários causam prejuízos anuais de até R\$ 749 milhões para a sociedade. As perdas ocorrem principalmente por causa dos custos adicionais nas indústrias pelo uso de material virgem em vez de reciclado, dos danos ambientais e de gastos de orçamento público com a destinação final de lixo em aterros. Todo ano, São Paulo manda mais de 1 milhão de toneladas de papel, papelão, plástico, aço, vidro e alumínio misturado ao lixo convencional, em vez de enviar esse material para a reciclagem. Os cálculos de quanto dinheiro a sociedade perde por São Paulo não conseguir organizar uma coleta seletiva de qualidade foram feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a pedido do Estado. O estudo mostra que dentre todos os materiais, o plástico, que hoje gera por tonelada benefício de R\$ 1.107,00 é o material com maior benefício potencial se houvesse um trabalho adequado de coleta seletiva e reciclagem - R\$ 595.286,00. Logo abaixo dos plásticos estão o papel e o papelão, que hoje geram benefícios de R\$ 241,00 e poderiam gerar R\$ 104.971,00 por tonelada reciclada. "As contas são conservadoras. Não levamos em consideração as perdas sociais e não somamos alguns materiais recicláveis porque tivemos dificuldade em obter dados. As perdas são certamente maiores", afirma o pesquisador do Ipea Jorge Hargrave, autor do estudo.

Fonte: O Estado de S. Paulo (para ler na íntegra:

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100605/not_imp561866,0.php).

Trisoft reaproveita 300 milhões de garrafas PET

A Trisoft ultrapassou a marca de 300 milhões de garrafas PET transformadas em produtos nobres. Com isso, a empresa mostra que é possível ter consciência ambiental com atitudes inteligentes e com o desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos. "Nossos produtos utilizam matéria prima sustentável (fibra de garrafa PET), processos produtivos que não utilizam água na fabricação e que não eliminam qualquer resíduo ou sobra no meio ambiente, poupando e preservando os recursos naturais do nosso planeta", afirma Mauricio COHAB,

Diretor da Trisoft. O ISOSOFT, isolante termoacústico desenvolvido pela Trisoft, é produzido com Lã de PET 100% reciclada, que substitui as antigas lãs de vidro e de rocha por um produto ecologicamente correto utilizado em coberturas metálicas, paredes de drywall, divisórias e pisos. Um galpão com 50 mil m² utiliza em média 1,5 milhões de garrafas. O material também pode ser reaproveitado mesmo depois de instalado, sem perder suas propriedades ou ainda pode ser transformado em estopas ou fios têxteis, não necessitando jamais ser despejado em aterros. O ISOSOFT protege contra ruídos, melhora a sensação térmica de ambientes e adequa-se aos mais exigentes projetos arquitetônicos. É fabricado em diversas densidades e dimensões para ser aplicado como isolamento acústico em pisos e paredes, ou isolamento térmico em coberturas e telhados de escritórios, galpões, teatros, auditórios, hospitais, supermercados, casas noturnas, entre outros. A Trisoft também produz o primeiro travesseiro 100% reciclado e ecologicamente correto do mercado: o Trisoft Eco. Sua composição, desde o enchimento interno até o tecido externo, é feita exclusivamente de fibra de garrafa PET.
Fonte: assessoria da Trisoft.

Whirlpool recicla 3% das geladeiras que produz

A Whirlpool, detentora das marcas Brastemp e Cônsul, recicla 3% da produção nacional de seus refrigeradores fabricados. A empresa também atua no gerenciamento das embalagens após comercialização. Na venda direta em São Paulo, Baixada Santista e Recife, a Whirlpool oferece um serviço pelo qual retira da casa do consumidor embalagens de produtos vendidos. Em 2009, foram recolhidas 57 toneladas de papelão e plástico, o que equivale a 58% do total de embalagens de produtos comercializados neste canal.

Fonte: Valor Econômico.

Plástico não é vilão, mas solução, diz Abiplast

SÃO PAULO, 4 de junho de 2010 - O plástico muitas vezes é considerado um vilão contra o meio ambiente, entretanto, para José Ricardo Roriz, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico, o plástico não é vilão, mas solução. "O plástico é muito utilizado pela indústria de embalagem, se estes recipientes fossem feitos de outro material o volume de lixo e o seu peso seria três vezes superior", disse, acrescentando que isso também aumentaria o consumo de combustível pelos caminhões de lixo.

Para Roriz, o grande vilão ao meio ambiente é a falta de conscientização dos consumidores. O plástico é um produto que pode ser reciclado quantas vezes for necessário, tanto para a confecção de novos produtos, quanto para a geração de energia, está última uma reciclagem já menos nobre, segundo ele. "Mas aí vemos que o problema é que o consumidor não sabe descartar, não tem essa preocupação."

Ele considerou que falta também preocupação do governo com este assunto. "Faltam campanhas educativas para o consumidor. Além disso, os fabricantes que reciclam matéria-prima têm que pagar normalmente os impostos, como se utilizassem matéria-prima virgem. Isso é um absurdo, um desincentivo."

Ele reiterou que o plástico, por ser um produto mais leve, reduz muito o consumo de combustíveis. "Os carros, após passarem a usar várias peças de plástico, consomem muito menos combustível."

Ainda de acordo com Roriz, quando olhamos a cadeia produtiva, o plástico é muito mais benéfico ao meio ambiente do que qualquer outra matéria-prima. "O plástico é manuseado em temperatura muito mais baixa do que o ferro e ocupa bem menos espaço do que o papel. Uma latinha de tomate, por exemplo, pesa 50 vezes a mais do que uma embalagem plástica. Então, com o plástico diminuimos o consumo de energia, o volume do lixo, entre outros benefícios que geram uma série de ações em favor do meio ambiente", disse.

Fonte: JB Online - RJ

Lixo plástico vira livros e revistas

José Ricardo Coelho, da Vitopel: exportação de papel sintético para os EUA

Há cerca de dois anos, a empresa Vitopel desenvolveu, em parceria com Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), uma tecnologia que permite transformar qualquer tipo de lixo plástico (sacolas, embalagens de biscoitos, salgadinhos, chocolates e iogurtes ou quaisquer sobras industriais plásticas) em papel couché sintético.

Em meados de 2009, já estava produzindo esse papel, usado em livros escolares, revistas, catálogos, adesivos, rótulos de embalagens, encartes promocionais e cadernos, entre outros. Hoje, com capacidade de produção de 10 mil toneladas por ano, a empresa se prepara para

começar a exportar para o mercado latino-americano e para os Estados Unidos.

"Para cada 900 toneladas de lixo plástico que retiramos das ruas produzimos uma tonelada de papel sintético", explica José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Vitopel. "É uma forma de dar um destino nobre a produtos descartados."

O papel feito desses materiais, batizado de vitopaper, é um filme de polipropileno com alta rigidez e opacidade produzido a partir de plásticos reciclados e tem vantagens sobre o papel comum, feito de celulose, já que é impermeável, tem maior durabilidade e, claro, pode ser novamente reciclado. É cerca de 40% mais leve que o papel comum e consome muito menos tinta na impressão, gerando uma economia ao redor de 20% em relação a outros materiais. Ainda este ano, a Vitopel vai fornecer 170 toneladas do vitopaper à Fundação Padre Anchieta. O material será usado na produção de 261 mil livros (de eletrônica, mecânica, informática, inglês e núcleo básico). Os livros serão disponibilizados para as escolas técnicas e as Fatecs do Estado de São Paulo.

O investimento para produzir o vitopaper foi de aproximadamente R\$ 4 milhões e a patente mundial já está devidamente registrada. Hoje, a Vitopel produz 700 toneladas por mês, volume destinado para os mercados gráfico, editorial, promocional, de embalagens e de etiquetas, entre outros.

Roriz Coelho informa que a empresa investe anualmente cerca de US\$ 2 milhões em pesquisa e desenvolvimento e, hoje, já detém patentes de produtos criados para diversos mercados. (V. G.)

Fonte: Valor Econômico

Lei vai dar sustentação para a reciclagem

Caixas de papelão, telhas, placas para construção civil, plásticos, canetas, vassouras de vários tipos e até componentes de impressoras, além de outras centenas de produtos, são resultados da chamada logística reversa, praticada há algum tempo por inúmeras empresas.

Com a entrada em vigor do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que determina a responsabilidade de toda a cadeia produtiva sobre o processo de coleta, destino, reciclagem e restituição dos descartes sólidos, incluindo eletroeletrônicos, esse procedimento passa ser obrigatório para todas as indústrias do país.

Embora a falta de uma lei federal e a proliferação de leis estaduais e municipais tenham atrasado práticas estabelecidas há muitos anos na Europa e nos Estados Unidos, algumas empresas brasileiras e multinacionais vêm investindo em políticas sustentáveis.

"A lei, apesar de atrasada, é fundamental para a indústria da reciclagem e chega na hora certa. Além de criar condições econômicas para transformar resíduo sólido em produtos com valor agregado, vai gerar garantias legais para investimentos nessa área", diz Wilson Quintella Filho, presidente do Instituto Estre.

Para ele, os riscos de investimento ficaram muito claros durante os desdobramentos no Brasil da recente crise financeira mundial, quando diversas cooperativas de reciclagem quase quebraram. Segundo ele, o preço do quilo de ferro reciclado, por exemplo, chegou a cair de R\$ 0,36, no início de 2008, para apenas R\$ 0,06 no começo do ano passado. Com a recuperação da economia, o preço recuperou-se e já superou os R\$ 0,36.

Ainda nessa onda da nova lei de resíduos sólidos, Quintella antecipa que a Estre Ambiental já está estruturando novos investimentos em reciclagens de PET, papel e óleo lubrificante, entre outros. Por meio da Oxil (lixo ao contrário), adquirida há dois anos, a Estre já recicla cerca de 5 mil toneladas por ano de produtos da linha branca, computadores e telefones. "Cerca de 500 geladeiras por dia viram matéria-prima que enviamos para várias siderúrgicas", conta.

Fonte: Valor

Matérias Nacionais

Estudo mostra tendência de queda nos impostos pagos por empresas

Incentivos fiscais concedidos não só em função do impacto da crise financeira na economia real mas também dentro da tendência mundial de desoneração de impostos fizeram reduzir a carga tributária global sobre as empresas de 2008 para 2010.

Essa é outra conclusão de pesquisa da KPMG, que avaliou a carga tributária de 95 cidades em dez países. Dos dez países analisados, apenas um - o Japão - teve aumento no índice de total

de impostos medido no levantamento. Os demais - México, Canadá, Holanda, Austrália, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e França - tiveram redução de carga tributária nos últimos dois anos.

Para compor o índice total de impostos de cada país, houve, dentro do universo analisado, a seleção das 41 maiores cidades com população superior a 2 milhões de habitantes. A pesquisa compara o custo tributário em cada localidade com o custo em dólar nos Estados Unidos, que ficou com base 100. O México baixou seu índice de 70,2 para 59,9, Canadá de 78,8 para 63,90 e Holanda, de 78,3 para 76,4. No caso do Japão, o aumento do índice total é creditado em parte à valorização do iene nos últimos dois anos, o que aumentou o custo dos impostos em dólares.

O levantamento inclui carga tributária sobre empresas e alcança imposto sobre renda, capital, vendas e propriedade, além de tributos comerciais locais diversos e encargos trabalhistas. Os dados foram coletados entre julho de 2009 e janeiro de 2010.

Roberto Haddad, sócio da KPMG no Brasil, destaca que o México foi considerado como o país com menor carga, mas na classificação das 41 cidades o índice menor ficou por conta da canadense Vancouver, com índice de 51,1. O Canadá ficou com a segunda menor carga em 2010, na classificação dos países. Para Haddad, isso revela que os incentivos fiscais, que reduzem o índice total de impostos, tendem a ser regionais e cada vez mais específicos, de acordo com atividade e perfil da empresa. "O Canadá como um todo pode não ter carga tributária menor que o México, mas em Vancouver uma empresa pode encontrar melhores condições para pagar impostos."

A pesquisa também revela a diversidade das políticas tributárias. Haddad lembra que a França, por exemplo, tem baixa carga tributária de imposto de renda. O país acaba elevando o índice total de impostos em razão das cobranças locais e trabalhistas. Dentre os dez países, a França ficou em 2010 com o maior índice, de 181,4.

Fonte: MW

Incentivo para pesquisa reduz carga de IR

Secretário Ronaldo Mota: renúncia fiscal dobrou de 2007 para 2008 e deve manter crescimento em 2009

A taxa de renúncia fiscal do Brasil em pesquisa e desenvolvimento (P&D) intensificou-se consideravelmente desde que o país ampliou o benefício por meio da Lei do Bem, em 2005. Com a mudança, a renúncia fiscal pulou de R\$ 220 milhões, em 2006, para R\$ 880 milhões no ano seguinte. Em 2008, a renúncia praticamente dobrou, para R\$ 1,54 bilhão. A previsão para 2009 é de crescimento na mesma taxa ou maior, segundo o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota.

A taxa de renúncia fiscal associada ao valor total investido em P&D pela Lei do Bem também aumentou, de 14,4% em 2006 para 19% em 2008. Ou seja, o governo federal abriu mão de praticamente R\$ 20 para cada R\$ 100 aplicados em P&D em projetos aprovados pelo programa da Lei do Bem.

O fortalecimento de incentivos fiscais em P&D é uma das mais recentes tendências e tem contribuído para a redução da carga tributária total em diversos países. Essa é a conclusão de uma pesquisa da KPMG, que avaliou a carga tributária para este ano de 95 cidades em dez países.

A França, por exemplo, oferece um crédito de imposto de renda equivalente a 30% dos primeiros 100 milhões gastos em projetos de pesquisa e desenvolvimento em um ano e 5% sobre o que ultrapassar o valor. Esses créditos permitem que a carga tributária em P&D da França seja 50% menor que a carga total sobre empresas e serviços de tecnologia da informação, reduzindo o custo tributário total da França.

De acordo com o levantamento da KPMG, entre os países com menor carga tributária sobre investimentos de P&D em 2010 estão Austrália, Canadá, Reino Unido, Holanda e México.

A Austrália estava em quinto lugar na classificação da menor carga tributária em P&D em 2008 e passou para o primeiro lugar no ranking para 2010. A mudança, segundo a pesquisa, acontece em razão de um incentivo que o país deve adotar a partir de julho, que concede 45% em créditos tributários reembolsáveis para empresas pertencentes a grupos com receita até 20 milhões de dólares australianos - cerca de R\$ 30,3 milhões, segundo cotação do BC na sexta-feira.

O crédito fiscal é um instrumento comum no incentivo a P&D, mas é aplicada de forma diferenciada em cada país. O Canadá, segundo a pesquisa, oferece crédito de Imposto de Renda de 20% das despesas correntes e de capital em P&D. A maior parte das províncias

canadenses também oferece incentivos locais adicionais para P&D, com créditos que variam de 10% a 20%.

O Reino Unido oferece às empresas um incentivo que combina deduções adicionais de impostos com créditos potencialmente restituíveis. As despesas com P&D podem ser beneficiadas com dedução equivalente a 130% dos gastos efetivos na área e chegam a 175% para pequenas e médias empresas.

Um dos incentivos considerados mais inovadores foi adotado na Holanda. A empresa pode deixar de transferir ao fisco holandês uma parte do imposto de renda retido sobre os salários de parte de seus empregados da área de P&D. O empregador deixa de transferir os valores para o governo, mas o imposto deduzido é considerado pago pelo funcionário.

No Brasil, o incentivo principal, diz Roberto Haddad, sócio da área de tributação internacional da KPMG no Brasil, é a dedução adicional entre 60% e 80% das despesas operacionais em P&D no cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O incentivo brasileiro também permite depreciação acelerada de equipamentos e redução a zero do IR na fonte sobre remessas relativas a registro e manutenção de marcas e patentes, por exemplo. O incentivo foi cada vez mais usado à medida que as empresas perceberam que o benefício era mais amplo e incluía também investimento em melhorias de processo."

Segundo o secretário Ronaldo Mota, a Lei do Bem ampliou o acesso de empresas ao incentivo. Em 2006, 130 empresas aproveitaram o benefício, número que saltou para 460 em 2008. Entre os setores que mais têm se beneficiado estão farmacêutica, eletroeletrônica, mecânica, metalurgia, alimentos e petroquímica.

Fonte: Valor

Indústria recua mas máquinas disparam 47,8%

SÃO PAULO - A produção industrial caiu 0,7% em abril em relação a março, com ajuste sazonal, segundo dados do IBGE divulgados ontem. É a primeira queda mensal desde novembro, em uma acomodação do setor liderada por bens semi- e não duráveis. O resultado não é uma reversão da tendência de recuperação recente. O recuo foi pequeno, e economistas acreditam que o setor voltará em breve a um resultado mais positivo. O ritmo será mais sustentável, diferentemente do visto no começo do ano.

Mesmo com retração, houve crescimento da atividade em 25 dos 27 setores pesquisados e em 73% dos produtos pesquisados, em relação a abril de 2009.

Destacaram-se os crescimentos de veículos automotores (32,2%), Máquinas e equipamentos (47,8 %) e Metalurgia básica (30,7 %). Bens de capital foram o destaque com salto de 36,3%, seguidos por bens de consumo duráveis (20,9%).

Fonte: Agência Estado

Ônus da prova sobre dano ambiental é das empresas

SÃO PAULO - A proteção ao meio ambiente deve ser igualada às relações de consumo. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, ao julgar recursos em ações civis ambientais, aplicou a inversão do ônus da prova, princípio previsto no Código de Defesa do Consumidor.

Em quatro casos, o Tribunal decidiu que as empresas é que devem provar que suas atividades não trazem danos à natureza. A orientação mostra a tendência de pacificar o tema e define o caminho seguido pelo STJ.

Em uma decisão, a ministra Eliana Calmon afirmou que o caráter coletivo das ações civis ambientais faz com que sejam aplicados os direitos do consumidor. "As ações buscam resguardar o patrimônio público", disse Calmon, relatora de um recurso em que o Ministério Público do Rio Grande do Sul pedia a reparação dos danos de uma indústria de borracha.

No âmbito civil, quem acusa é responsável por produzir as provas do processo, arcando, por exemplo, com custos de perícia. Já o Código do Consumidor, em seu artigo 6º, inciso VIII, estabelece que a defesa dos direitos deve ser facilitada, inclusive com a inversão do ônus da prova. A lei instituiu ainda a responsabilidade civil objetiva, em que a necessidade de se provar a culpa é descartada e a simples existência do dano passa a ser suficiente para que haja reparação. Assim, cabe às empresas provarem que não houve prejuízos ao consumidor.

Agora o STJ definiu que as empresas precisam demonstrar também que o meio ambiente não foi danificado. Isso porque, segundo o Tribunal, a regra do ônus da prova em casos civis poderia representar um empecilho processual. Para o Tribunal, existe uma grande dificuldade de provar que a atividade exercida por determinada empresa tem efeitos na degradação

ambiental. Além disso, a adoção de medidas para evitar a ocorrência de danos ambientais não pode ser adiada.

Segundo o advogado Victor Penitente Trevizan, especialista em direito ambiental do escritório Peixoto e Cury Advogados, o posicionamento do STJ já é realidade em outras instâncias, principalmente nas Câmaras Especiais do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). "As empresas respondem pelos danos e isso já vem gerando a inversão do ônus da prova inclusive no curso do processo", diz.

Para ele, se ainda não há uma jurisprudência sobre o assunto, já é possível perceber que a maioria dos magistrados entende ser responsabilidade das empresas demonstrar a segurança de suas atividades. O advogado lembra que a própria lei que regula as ações civis públicas (Lei 7.347, de 1985) diz que as regras processuais do Código de Defesa do Consumidor devem ser aplicadas.

A professora Patrícia Iglesias, consultora do escritório Viseu Advogados, afirma que as decisões do STJ determinam que cabe a quem conhece o processo produtivo mostrar a segurança do empreendimento e que o acesso à tal informação é relevante.

Precaução

O STJ baseia-se na ideia de que o benefício da dúvida deve prevalecer em favor do ambiente quando o conhecimento científico não consegue demonstrar a relação de causa e efeito entre a ação da empresa e os danos ecológicos.

Além disso, para impedir a demora em reparar os danos, o STJ adota o princípio da precaução. "Esse princípio pressupõe a inversão do ônus probatório, competindo a quem supostamente promoveu o dano ambiental comprovar que não o causou", afirmou Eliana Calmon em julgamento sobre a emissão de um suposto poluente (carbonato de cálcio) por uma empresa de transportes e armazenagem do interior de São Paulo.

O advogado Douglas Nadalini, do Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados, lembra que a orientação do STJ, apesar de não ser novidade no Judiciário, pacifica a inversão do ônus da prova e aperfeiçoa e amadurece o princípio da precaução, utilizado, segundo ele, de forma já banalizada. "O Tribunal mostra que não precisa haver prova a favor ou contra, e sim o bom senso", afirma.

De acordo com o especialista, o posicionamento do STJ deverá permitir o melhor contraditório, mas a aplicação sensata do princípio da precaução e a inversão do ônus da prova ainda serão analisados caso a caso - o que pode fazer com que juízes de primeira instância não sigam a orientação.

Para o advogado, o STJ pode acabar aumentando o "poder de fogo" do Ministério Público e das organizações não-governamentais (ONGs). "Qualquer indício ou até vontade levará a ações", disse. Outro possível impacto negativo é a judicialização ainda maior do licenciamento ambiental.

Fonte: Andréia Henriques

Energia para indústria sobe 150% e sufoca setor

Tarifa cobrada das empresas teve alta 83% superior à inflação entre 2002 e 2009

SÃO PAULO - A escalada do preço da energia elétrica no Brasil tem sufocado o setor industrial. Entre 2002 e 2009, a tarifa cobrada das empresas subiu 150% - 83% acima da inflação do período - e se tornou a terceira maior do mundo, segundo dados da Agência Internacional de Energia, coletados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O preço do megawatt/hora saltou de R\$ 92 para R\$ 230.

"O problema é que, se nada for feito, o ritmo de alta continuará nos próximos anos e afetará a competitividade da indústria nacional", alerta o diretor da Fiesp e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Julio Diaz. Ele afirma que tem recebido inúmeras queixas de empresas (do setor automobilístico, madeira e têxtil) sobre a ampliação do peso da conta de luz na produção. Na indústria, há casos em que o consumo de energia representa até 45% do custo total.

Até 2003, a tarifa do setor industrial representava 45% do que era cobrado do consumidor residencial. A partir daí, o governo deu início a um realinhamento tarifário que durou até 2007, lembra o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner.

O objetivo era eliminar o que o governo considerava como subsídio cruzado nas tarifas do País - algo questionado por alguns especialistas, já que a indústria é atendida em alta tensão e, portanto, o custo para entrega da energia é menor.

Dessa forma, a Aneel elevou os reajustes para a classe industrial e reduziu o ritmo de alta para o residencial. A conta das empresas atingiu 78% do que os consumidores residenciais pagam. Mas, para especialistas, isso não é motivo de comemoração.

Hoje as duas tarifas estão em níveis extremamente elevados para a média mundial. Além disso, o aumento de custo da produção industrial é repassado para o consumidor. Ou seja, o residencial é punido duas vezes: pela tarifa de energia alta e por produtos mais caros.

"Elevar o preço da energia é um tiro no pé. No fim, isso se transforma em grande inibidor do crescimento econômico", diz o coordenador da Comissão de Energia da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), Eduardo Spalding. Ele comenta que o avanço dos custos da energia nos últimos anos puniu, em maior escala, os grandes consumidores, mas afetou também a pequena e média empresa.

O que mais assusta a indústria é que a escalada das tarifas pode não parar por aqui, afirma o diretor da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia, Luciano Pacheco. Ele observa que a decisão do governo de contratar uma série de térmicas movidas a óleo combustível, altamente poluentes e caras, vai pesar no bolso do consumidor e prejudicar a competitividade da indústria nacional. De acordo com a Fiesp/Ciesp, até 2013 quase 10 mil MW médios de energia gerada por térmicas estarão em operação no País. "Isso terá reflexo nas tarifas", diz Pacheco.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Trabalho aprova prazo para empregado apresentar atestado médico

Se ficar afastado por até cinco dias, o trabalhador só terá que entregar o atestado no dia em que voltar, segundo a proposta.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou na quarta-feira (26/05) o Projeto de Lei **4370/08**, do ex-deputado Ronaldo Leite, que estabelece prazos para a entrega de atestado médico ou odontológico que dispense o empregado do trabalho.

Conforme o texto aprovado, quando o período de afastamento for igual ou inferior a cinco dias o documento poderá ser apresentado pelo trabalhador no dia do retorno. No caso de afastamentos mais longos, o atestado terá de ser entregue até cinco dias após o início do período de ausência ao trabalho.

A proposta estabelece, no entanto, que esses prazos só serão respeitados se não houver disposição sobre o assunto em convenção coletiva.

Lacuna na CLT

O relator na comissão, deputado Paulo Rocha (PT-PA), defendeu a aprovação da matéria. Segundo ele, o projeto supre uma falha da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei 5.452/43), que não fixa prazos para a entrega dos atestados.

O parlamentar lembrou que essa lacuna tem gerado inconvenientes para os trabalhadores. "Frequentemente, eles são obrigados a interromper o repouso feito por orientação médica ou ficam na dependência de outras pessoas só para levar o comprovante à empresa", disse.

Rocha complementou que a proposta também beneficia os patrões, pois o texto prevê a possibilidade de demissão por justa causa de quem apresentar atestados falsos.

Validação

O projeto determina ainda que a empresa terá de pagar o deslocamento do empregado quando exigir a validação do atestado em local fora do trabalho.

Segundo o texto aprovado, todo o tempo usado para validar o documento será computado como de trabalho efetivo.

Tramitação

O projeto ainda será analisado em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Câmara

Projeto obriga empresa a informar riscos de atividades por escrito

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7215/10, que obriga as empresas a prestarem por escrito, aos seus empregados, informações sobre os riscos da atividade a ser executada e do produto a ser manipulado. De acordo com o texto, as informações deverão ser divulgadas no início das atividades, anualmente, e sempre que houver mudança de função ou das condições de trabalho.

A proposta muda a Lei 8.213/91, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social, e é de autoria dos deputados Ricardo Berzoini (PT-SP), Pepe Vargas (PT-RS), Jô Moraes (PCdoB-MG), Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e Roberto Santiago (PV-SP).

O projeto também impõe às empresas a obrigação de garantir, por outros meios, as mesmas informações aos empregados e prestadores de serviço não alfabetizados, sem que isso as isente das devidas responsabilidades legais.

De acordo com os autores, o objetivo é disciplinar o cumprimento de normas de segurança e de saúde no trabalho.

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Câmara aprova MP que incentiva o uso de recicláveis

Apesar de aprovada pelos deputados, a MP perde a validade nesta quarta porque não foi votada no Senado a tempo.

O Plenário aprovou na terça-feira (01/06) a Medida Provisória 476/09, que concede um crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às empresas que usarem artigos recicláveis como matérias-primas na fabricação dos seus produtos. A matéria foi aprovada na forma de um projeto de lei de conversão (**PLV 5/10**) do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), mas perde a vigência a partir desta quarta-feira. Por isso, o Senado teria de votá-la ainda nesta terça-feira, até a meia-noite, e enviá-la a sanção para que ela não ficasse sem validade.

Leonardo Quintão disse que os incentivos poderão ser incluídos em outra medida provisória se a MP 476/09 perder a validade, pois serão beneficiados mais de 1 milhão de catadores.

"O governo viu que há necessidade de um incentivo fiscal para as indústrias comprarem material reciclável diretamente de cooperativas. Então, o que vamos fazer: aproveitar esse crédito em outra MP e tentar votar ainda neste ano", informou o relator.

A MP original previa que os recicláveis deveriam ser adquiridos diretamente de cooperativas de catadores, mas o relator mudou o texto para permitir que a compra com benefícios também seja feita dos aparistas (os atacadistas que compram materiais dessas cooperativas).

O crédito valerá até 31 de dezembro de 2014 e será aplicado também aos chamados produtos intermediários, que integram o produto final sem sofrer mudanças em sua estrutura.

O texto aprovado define que o valor do crédito será calculado aplicando-se a alíquota do IPI sobre 50% do preço de aquisição dos materiais recicláveis usados no produto final, quando adquiridos de comerciantes. Se os materiais forem comprados diretamente de cooperativas, será considerada a totalidade do preço.

Motocicletas

A MP também concedeu, com efeitos nos meses de janeiro a março de 2010, alíquota zero da Cofins para a venda de motocicletas de cilindrada igual ou inferior a 150 cm³. O benefício havia acabado em setembro de 2009.

As renúncias anuais estimadas pelo governo com os dois incentivos são de R\$ 107,7 milhões (crédito presumido) e R\$ 53,58 milhões (motocicletas).

Outros

temas

Leonardo Quintão incluiu no texto da MP outros temas, como novas regras para negociação de dívidas de cacauicultores da Bahia e para a compensação fiscal a que têm direito as emissoras de rádio e TV pelo tempo usado na veiculação de propaganda partidária.

Fonte: Agência Câmara

Concorrência chinesa reduz espaço dos produtos brasileiros nos principais mercados mundiais

São Paulo - Estudo divulgado dia 8 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que os produtos manufaturados da China estão tomando o lugar dos produtos brasileiros nos Estados Unidos (EUA), na União Europeia (UE) e na Argentina, três dos principais destinos das exportações do Brasil. A entidade levou em consideração o período de 2004 a 2009.

O levantamento indica que a concorrência chinesa tirou da indústria nacional US\$ 12,6 bilhões em exportações nos seis anos estudados. O Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp ainda constatou que as exportações chinesas também custaram à indústria nacional US\$ 14,4 bilhões em vendas internas.

A pesquisa mostra que as perdas líquidas no mercado externo para os produtos chineses ocorreram em maior intensidade no mercado europeu: US\$ 6,2 bilhões. Nos EUA, o Brasil deixou de vender US\$ 5 bilhões em manufaturados e, na Argentina, US\$ 1,4 bilhão.

A participação da China nas compras feitas pelos países da UE dobrou nos seis anos analisados, atingindo 22%. A fatia brasileira passou de 1% para 1,2%. Nos Estados Unidos, a presença chinesa subiu de 11% para 25%, enquanto a do Brasil teve queda de 1,2% para 1%. Os resultados mostram que as perdas brasileiras foram bastante diversificadas. Nos EUA, setores de tecnologia como máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos perderam, juntos, US\$ 1,3 bilhão no período. Empresas de calçados, móveis e têxteis deixaram de faturar US\$ 1,4 bilhão. No mercado da União Europeia, as perdas se concentraram em ferro e aço (US\$ 1,3 bilhão), máquinas e materiais elétricos (US\$ 1,3 bilhão) e aparelhos mecânicos (US\$ 1,1 bilhão).

No mercado argentino, as perdas foram menores. A Fiesp destaca o setor de químicos orgânicos (US\$ 258 milhões) e máquinas, materiais elétricos e aparelhos mecânicos (US\$ 478 milhões). "A variável cambial é uma das mais determinantes para a competitividade do comércio exterior de um país. A combinação entre o câmbio sobrevalorizado no Brasil - cerca de 16% - e do câmbio chinês subvalorizado - cerca de 40% - pode ser apontada como principal responsável pelas perdas de mercado internacional do Brasil para a China", conclui o estudo.

Fonte: Agência Brasil

Matérias Internacionais

Está faltando PET reciclado na Europa

O fornecimento de garrafas PET para a reciclagem europeia tornou-se crítico, de acordo com a associação European Plastics Recyclers (EuPR). A capacidade de reciclagem tem seguido uma tendência crescente de consumo e coleta de PET, porém fatores como câmbio, inverno prolongado, redução do peso das garrafas e as exportações tem reduzido a produção das recicladoras. A associação afirma que o negócio está ficando crítico, para algumas recicladoras, já que o suprimento está escasso e acredita que a solução está em maiores taxas de coleta, foco na reciclagem local, melhorar as condições de suprimento, para que a Europa não perca recicladores experientes.

Fonte: *Maxiquim*.



WBC COMUNICAÇÃO

Fone/Fax: 41 32470569 - Celulares: 41 91687618 - 41 91326135

E-mail: wbc@sulbbs.com.br

ASSISTÊNCIA DE COMUNICAÇÃO